ACTA N.º 8/2010**Data da reunião ordinária: 19-04-2010****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 13:20 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 16-04-2010****Operações Orçamentais: 702.477,07****Operações não Orçamentais: 108.484,96**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do n.º 2, art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- SR. DIAMANTINO ROSA BRUNO, residente na Rua Rui Luis Gomes, n.º 11-A, r/c Esq.º - Entroncamento, pretendia saber sobre o pedido de habitação que efectuou a esta Câmara. Tentou arrendar casa, mas não consegue, porque é cigano.

O Exmo. Presidente informou que a situação não é única e que toda a Câmara é conhecedora da mesma. A lista de classificação para atribuição de Habitação Social, consta da ordem de trabalhos da reunião para análise e depois vai estar em audiência prévia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, aos Srs. Vereadores que informaram o seguinte:

1 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

Focou a situação de uma pessoa que dorme, há já algum tempo, embrulhada em cobertores, na Rua António Lucas, junto à Goofy Sport, não sabe se é por questões pessoais ou do foro psiquiátrico, mas é preciso fazer alguma coisa.

2 – VEREADOR SR. HENRIQUE CUNHA

Referiu que em frente ao Centro Comercial Euroshopping existem duas caldeiras para árvores. Essas caldeiras têm grelhas em ferro e uma delas não tem árvore, o que pode originar acidentes.

Seria conveniente, enquanto não plantarem a árvore, os serviços colocarem uma protecção de modo a alertar as pessoas e evitar os acidentes.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

a) Em primeiro lugar, uma vez que estamos na proximidade das comemorações de mais um aniversário do 25 de Abril, peço que fosse feita uma pequena operação de manutenção no painel com a imagem de Salgueiro Maia, colocada mesmo à entrada da praça que ostenta o seu nome.

É certo que o quadro não é de extrema degradação, mas já caiu a pintura de algumas letras e o aspecto global do monumento já evidencia algum descuido. Creio que será uma intervenção oportuna e fácil de fazer.

b) Em segundo lugar, gostaria de saber em que ponto está a adesão da CME à Protejo, uma plataforma muito alargada de defesa do Tejo, envolvendo organizações ambientalistas, clubes desportivos, associações diversas, autarquias e muitos cidadãos.

Há tempos, numa reunião em que participaram o Sr. Presidente e eu próprio, o Dr. Paulo Constantino, líder da Protejo, esclareceu todas as dúvidas sobre os propósitos dessa plataforma. Dessa reunião fiquei com a ideia de que haviam sido ultrapassadas todas as dúvidas e que adesão da CME iria para a frente. Certo é que até agora, esse assunto não voltou à Câmara, para deliberação.

A proposta de adesão merece mesmo ser tratada, até porque, globalmente, me parecem meritórios os objectivos e a actividade da Protejo.

No próximo dia 9 de Maio, a Protejo promove mais uma iniciativa intitulada “Vogar contra a indiferença”, com uma descida de canoas de Cedilho a Ródão e em que contará com o apoio de diversas autarquias daquela região. Creio que seria oportuna --- e um bom estímulo para os promotores --- uma decisão positiva da CME que pudesse ser anterior a mais esta iniciativa.

Gostaria portanto de saber qual o ponto da situação deste processo.

c) Solicito informação se os placards da propaganda partidária do BE, e colocados na via pública, foram retirados pelos serviços municipais. Em caso afirmativo, queria saber com que fundamentos políticos e legais e por ordem de quem.

d) Finalmente, gostaria que fosse apreciada e votada a Moção anexa, que passo a ler:

MOÇÃO:

«O chamado “PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento” – apresentado pelo governo português em Bruxelas prevê a privatização de diversos sectores e empresas públicas e vitais para o país, entre as quais a EMEF, a CP Carga e algumas linhas lucrativas da CP, particularmente em zonas suburbanas.

Ora, o sector ferroviário é tradicionalmente público, mesmo em regimes conservadores, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade dos transportes e comunicações no conjunto do território nacional e o acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros.

Aliás, as mais radicais experiências neoliberais de privatização do sector ferroviário, nomeadamente em Inglaterra no consulado Thatcher, produziram resultados desastrosos até em termos de segurança, tendo custado imensas vidas humanas.

A submissão estratégica deste sector vital a interesses privados traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de novas linhas de comboio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos e acelerando o processo de desertificação do interior.

No que mais directamente diz respeito ao Entroncamento, este caminho traduzir-se-á no enfraquecimento de um sector económico vital e por um forte ataque aos direitos dos trabalhadores ferroviários, ainda hoje muito numerosos no concelho.

Em consequência, a Câmara Municipal do Entroncamento manifesta-se contra as privatizações previstas no PEC para o sector ferroviário.

A Câmara Municipal do Entroncamento declara-se, desde já, solidária com acções de esclarecimento e luta que os ferroviários da C.P. e EMEF e os seus órgãos representativos decidam promover, contra estas privatizações.»

Sobre estas questões, o Exmo. Presidente informou:

- Quanto à pessoa que vive na Rua, já foi objecto de intervenção por parte dos Serviços Sociais, mas a Sr.^a Vereadora da Tarefa Paula Costa vai informar.

- Sobre as árvores junto ao Centro Comercial Euroshopping os serviços vão averiguar.

- Em relação à manutenção do painel com a imagem de Salgueiro Maia, já foi comunicado à Empresa e a todo o momento será resolvido o assunto, mas certamente não estará pronto no dia 25 de Abril.

- Sobre a Protejo, vai analisar o assunto.

- No que respeita aos Placards foram retirados por sua ordem. Já tinha informado o BE e a CDU para não colocarem os placards da propaganda agarrados ao mobiliário urbano, o que se verificou.

Sobre esta questão o Vereador Sr. Carlos Matias declarou:

“O Bloco de Esquerda não concorda com a retirada dos placards de propaganda partidária, em especial do modo como foi feita.

Legalmente, trata-se de uma decisão sem qualquer suporte.

O Bloco de Esquerda não concorda com tal decisão e fará todos os possíveis para que seja garantida a liberdade de expressão no concelho.”

Continuando, o Exmo. Presidente referiu que estava de acordo com a Moção apresentada, desde que fosse retirado o último parágrafo da mesma, atendendo a que ainda não chegou à Câmara qualquer expediente sobre esta matéria.

O Vereador Sr. Carlos Matias aceitou a retirada do parágrafo, tendo a Câmara, decidido analisar a mesma na próxima reunião.

Seguidamente, sobre a pessoa que dorme na Rua António Lucas, deu a palavra à Vereadora Sr.^a Paula Costa, que informou:

Trata-se de uma situação que está a ser acompanhada pelos Serviços Sociais.

O Senhor chama-se Manuel, era trabalhador na Empresa Luz & Irmãos, é divorciado e tem uma filha. Os Serviços Sociais, a muito custo, já conseguiram tratar do cartão de cidadão, da reforma (o Sr. Manuel tem duas Reformas – uma como militar e a outra da Segurança Social), e da abertura de uma conta bancária.

Agora já tem vontade de mudar de vida e os Serviços estão muito satisfeitos.

ASSOC.NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ANMP E O PROVEDOR DE JUSTIÇA

- Circular número 42/2010/PB, datada de 26 de Março findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a comunicar que, conjuntamente com o Provedor de Justiça, subscreveu um Protocolo de cooperação que visa uma actuação conjunta e concertada no sentido de divulgar junto das populações a missão e atribuições do Provedor de Justiça, promovendo o reforço da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Mais informa que nos termos do consignado no Protocolo, a ANMP sensibilizará e mobilizará os Municípios para as seguintes acções:

- a) divulgação da missão e atribuições do Provedor de Justiça;
- b) disponibilização aos munícipes dos meios informáticos adequados e do acesso gratuito no sítio na Internet em <http://www.provedor-jus.pt/>, de modo a que estes possam exercer o direito de queixa;
- c) assistência no preenchimento do formulário da queixa, sempre que para tal for solicitado pelo interessado, com entrega da respectiva cópia do comprovativo da sua apresentação.

Informa ainda que o texto do protocolo se encontra disponível no sítio da ANMP na internet, no espaço destinado aos Protocolos.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, concordar com o presente Protocolo, aderindo ao mesmo e rubricando-o.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

INTEMPÉRIES NA MADEIRA – APOIO AO MUNICÍPIO DO FUNCHAL

- Circular número 43/2010/PBRAGA, datada de 25 de Março findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a comunicar, na sequência das chuvas diluvianas que afectaram a cidade do Funchal no passado dia 20 de Fevereiro que provocaram gravíssimos problemas ao nível hidráulico e, conseqüentemente, múltiplos deslizamentos de terras, que no Município do Funchal foram afectados 881 imóveis, sendo necessário proceder-se à reconstrução de 579 casas, com o objectivo de rapidamente permitir que as pessoas possam regressar às suas habitações em condições de segurança.

Para tal efeito, o Conselho Directivo da ANMP, no espírito de entreajuda que historicamente caracteriza o Poder Local, deliberou solicitar aos Municípios Portugueses uma manifestação de solidariedade para com o Funchal, que pode ser traduzida em:

- a) Ajuda financeira, ficando o montante ao critério de cada Câmara Municipal, auxílio que deverá ser remetido aos serviços da ANMP, que o fará chegar àquela associada;
- b) Envio de materiais, que poderão ser entregues no Porto de Leixões, sendo que o seu transporte para o Funchal não implicará quaisquer custos para os dadores.

Anexa a listagem dos materiais necessários para os trabalhos de reconstrução/recuperação de habitações, bem como os contactos dos interlocutores do processo.

- Durante a análise e discussão deste assunto, foi pelo Vereador Sr. Carlos Matias, apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência do pedido da ANMP, sobre o apoio ao município do Funchal para reparação dos prejuízos da intempérie, proponho a atribuição de 1.500 Euros).»

Os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Henrique Cunha, subscreveram esta proposta.

- Continuando a discussão, o Exmo. Presidente propôs que, “em termos simbólicos, se contribua com o valor de uma senha de presença, de cada elemento desta Câmara Municipal.”

Colocada à votação, esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

- Seguidamente, foi colocada à votação a proposta do Vereador Sr. Carlos Matias, que foi rejeitada, por maioria, com 4 votos contra dos Vereadores Srs. Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente, e 3 votos a favor dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

VOLTA AO RIBATEJO EM BICICLETA – PEDIDO DE COLABORAÇÃO

- Ofício n.º 567/1, datado de 26 de Março, do Governo Civil do Distrito de Santarém, a remeter cópia da carta e documentos complementares, enviados àquele Governo Civil por José Fernandes Tomás, residente na Rua da Escola, n.º 18, Riachos – Torres Novas, sobre a volta ao Ribatejo em Bicicleta que pretende realizar, com o objectivo de angariar fundos em benefício dos sobreviventes do sismo do Haiti e da tragédia que recentemente ocorreu no arquipélago da Madeira, solicitando a modesta colaboração no sentido de voluntariamente serem canalizados os donativos, para o Nib’s, mencionados nos panfletos previamente publicados.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, não colaborar nesta iniciativa.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

IFL – INTERNATIONAL FRIENDSHIP LEAGUE – PEDIDO DE APOIO

- Carta datada de 28 de Março de 2010, da IFL – International Friendship League, a solicitar um apoio, ainda que simbólico, para servir os habitantes deste Concelho, com isenção de honorários pelos serviços que prestam, relativos ao tratamento do expediente com actividades de interesse para Pais & Filhos.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, não conceder qualquer apoio.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

ORFEÃO DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE

- Nesta altura, e só para apreciação deste assunto, ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Henrique Cunha.

- Ofício do Orfeão do Entroncamento, a solicitar que lhe seja concedido subsídio de transporte referente a uma deslocação à Batalha, no dia 11 de Abril corrente, a convite do Coral Vila Forte, face à impossibilidade da cedência do autocarro por parte desta autarquia.

- Para o efeito, informa que o orçamento da Rodoviária do Tejo, S.A., é o mais viável, com um custo total de 250Euros.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de 50% do valor do transporte, ou seja de 125 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLAC – XVII TORNEIO DE NATAÇÃO CIDADE DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE APOIO

- Ofício n.º 19, datado de 19 de Março, do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, a comunicar que vai realizar no próximo dia 15 de Maio, o “XVII Torneio de Natação Cidade do Entroncamento”, e dado que a organização, preparação e realização deste torneio, tem custos significativos que estimam em mais de 2.500 Euros, solicita que lhe seja concedido um apoio financeiro para compartilhar nos custos de organização (prémios, troféus de equipas; medalhas a atribuir aos nadadores; arbitragem, etc).

- A Câmara, tudo visto e analisado, e por proposta do Exmo. Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio de 1.000 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CASA DO BENFICA DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- E-mail datado de 18 de Março de 2010, da Casa do Benfica do Entroncamento, a comunicar que está a decorrer o 1.º Torneio de Snooker da Casa do Benfica do Entroncamento com 50 participantes e com final a 14 de Maio.

Igualmente, estão a realizar o 1.º Torneio Mundial de Sueca, entre as casas do Benfica com participação exclusiva dos sócios de cada casa. Na sequência do mesmo e após a primeira fase de apuramento inter-casas, vai o Entroncamento receber a final regional no dia 30 de Maio.

Para o efeito, solicita o apoio de 600 Euros para troféus aos participantes de ambos os torneios, assim como lembranças da nossa cidade, num total de 70 a 100 participantes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 300 Euros, ou seja 150 Euros por cada actividade.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NÚCLEO SPORTINGUISTA NO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- Carta datada de 29 de Março de 2010, do Núcleo Sportinguista no Entroncamento, a comunicar que, integrado no âmbito das comemorações das Festas do 15.º Aniversário, vai realizar no próximo dia 11 de Abril, um Torneio de Pesca Desportiva na Barragem do Bonito, solicitando, para o efeito, a atribuição de uma verba para a aquisição dos prémios para os concorrentes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 150 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009

Presentes para aprovação os documentos de prestação de contas do município do Entroncamento, referentes ao exercício económico de 2009, integralmente elaborados, que englobam:

- Relatório de gestão
- Controlo orçamental da receita
- Controlo orçamental da despesa por económica
- Controlo orçamental da despesa por orgânica
- Execução do plano plurianual de investimentos
- Execução das Actividades Mais Relevantes
- Fluxos de caixa
- Contas de ordem
- Operações de tesouraria

- Caracterização da entidade
- Notas ao balanço e à demonstração de resultados
- Modificações ao orçamento – Receita e Despesa
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
- Modificações às Actividades Mais Relevantes
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Transferências correntes – Despesa
- Transferências de capital – Despesa
- Transferências correntes – Receita (Subsídios à exploração)
- Transferências de capital – Receita (Subsídios ao investimento)
- Empréstimos
- Outras dívidas a terceiros
- Balanço
- Demonstração de resultados
- Resumo diário de tesouraria
- Síntese e reconciliações bancárias
- Mapa dos fundos de maneo
- Relação dos emolumentos notariais e custas de execuções fiscais
- Relação nominal dos responsáveis
- Orçamento (resumo).

De imediato, o Exmo. Presidente colocou estes documentos à análise e discussão dos Srs. Vereadores, tendo sido feitas as seguintes intervenções escritas:

Vereador Sr. Henrique Cunha:

«A análise de documentos deste tipo em suporte digital é praticamente impossível. Foi solicitado à Câmara que fosse fornecido um exemplar destes documentos em papel.

Solicitamos que no futuro nos seja entregue antes das reuniões da Câmara para que mais facilmente os possamos analisar.

Começaremos por fazer alguns reparos à forma como este documento nos é apresentado.

Ao analisarmos o Relatório de Gestão verificamos que determinadas rubricas da despesa são discriminadas com bastante pormenor, o que não se verifica com outras.

Por exemplo, na rubrica “Aquisição de bens” é mencionada uma despesa de 486.32 euros em produtos químicos e farmacêuticos, mas depois não é feita a discriminação do gasto de 458.939.96 euros, destinando esta verba apenas a outros bens. O mesmo se passa em relação à verba de 1.319.538,56 euros destinada a outros serviços. (página 44).

Dado se tratar de verbas bastante avultadas gostaríamos de conhecer com mais pormenor os fins a que se destinam.

Sobre as contas que nos são apresentadas constatamos o seguinte:

O valor total das receitas obtidas é de 11.482.151,21 euros, sendo 9.890.169,80 euros, referentes a receita corrente e 1.591.981,41 euros referentes a receitas de capital. (quadro da pág. 13. (bens de investimento + transferências de capital).

O valor das despesas correntes facturadas foi de 11.442.106,29 euros (pág. 38).

Verifica-se que resulta um saldo de apenas 40.044,21 euros para pagamento de despesas de capital.

Atendendo a que durante o ano de 2009 foram facturados 9.668.038,35 euros em despesas de capital, (2.º quadro da pág. 38), o saldo do exercício em análise foi de 9.627.993,43 euros negativos.

As despesas ultrapassaram as receitas em 84%.

Verifica-se que a autarquia não dispõe de meios para fazer face às despesas de cada ano e por isso não tem possibilidades de amortizar as dívidas anteriores.

A manter-se este tipo de gestão veremos a dívida autárquica aumentar exponencialmente nos próximos anos.

Esta situação é sobretudo lamentável porque o endividamento verificado em 2009 se fica a dever à execução de algumas obras que poderiam perfeitamente aguardar por melhor oportunidade e a única justificação para a sua realização foram as eleições autárquicas.

Não podemos também deixar de referir o aumento que se verifica nas despesas correntes nomeadamente na despesa com pessoal que passou de 4.458.109, 65 euros em 2007 para 4.914.939,38 euros em 2009 ou seja um acréscimo de 10% em apenas 2 anos. (quadro da pág. 88)

Pelo que nos é dado a conhecer da forma como a autarquia tem sido gerida não podemos aprovar este documento e por isso votaremos contra.»

Vereador Sr. Carlos Matias:

“Pedi, também, que no futuro lhe fosse entregue o Relatório de Gestão em papel.”

Seguidamente, apresentou a seguinte intervenção escrita:

«1. Votaremos contra as Contas de 2009. Não por qualquer irregularidade formal --- pelo contrário, parece-nos um documento tecnicamente bem elaborado ---, mas porque discordamos das linhas essenciais da política autárquica aí plasmada.

2. Analisando o capítulo das receitas, gostaríamos de deixar registadas algumas observações.

Em primeiro lugar assinalo o saldo negativo do exercício, em boa parte resultado da queda dos impostos directos, em particular do IMT. Relativamente ao previsto também foi muito baixa a cobrança incidindo sobre loteamentos e obras, apenas 47%.

Trata-se de uma realidade brutal que irá necessariamente marcar este e os próximos exercícios autárquicos. É notória a profunda crise económica, com a queda na venda e construção de imóveis, irá obrigar a rever a habitual estrutura orçamental no capítulo das receitas.

Todavia, ainda assim, o IMI teve um nível de cobrança ligeiramente acima dos 100%, ultrapassando as expectativas. Isso mostra que, numa perspectiva de partilha e solidariedade, seria possível baixar ainda mais as taxas, como o Bloco de Esquerda em vão tem vindo a propor. Seria, no fundo, um apoio às famílias, muitas a viver em circunstâncias difíceis.

Curiosamente, num ano já marcado pela crise, a derrama teve um nível muito alto de cobrança, em relação ao previsto. Também aí teria sido possível discriminar positivamente os pequenos negócios, isentando-os da derrama nos termos previstos na Lei --- o que, infelizmente, não foi aceite pela maioria.

A propósito de apoio aos pequenos negócios, registamos com agrado que as isenções concedidas nas taxas sobre publicidade não significaram baixa nas receitas previstas. Apesar dessas isenções a cobrança ficou bem acima do previsto.

Continuam a ser irrisórios (quando não são nulos) os montantes arrecadados com a venda de terrenos, a dar-nos razão quando criticamos a sistemática sobrestimação das verbas inscritas em Orçamento, empolando artificialmente o seu valor global. Relativamente aos financiamentos do PRODER, mantiveram-se os atrasos já registados no ano passado, responsabilidade dos governos que comprometem investimentos locais e provocam indefinições.

3. No capítulo das despesas, registamos positivamente a redução das despesas correntes.

Já no que se refere aos investimentos, continuou a privilegiar-se quase exclusivamente a recuperação urbana, o parque desportivo e as escolas.

Apesar disso, algumas das operações de recuperação urbana ainda “deslizaram” para o Orçamento deste ano.

As infra-estruturas e actividade cultural foram claramente subalternizadas.

Como se sabe, nalguns pontos temos prioridades diferentes da maioria que governa a Câmara. Lamentamos por isso que, mais uma vez, não tenham sido dados passos para a construção de uma nova Biblioteca, pois parece-nos que, apesar das melhorias introduzidas na actual, é um equipamento essencial numa cidade evoluída e moderna.

O Bairro Frederico Ulrich só este ano terá uma intervenção, ainda assim muito longe da “volta” profunda que o bairro e toda a zona circundante deveriam ter. Aí, um ponto crítico da cidade, em 2009, pouco se fez.

A Casa da Juventude foi projecto definitivamente abandonado, embora ainda apareça inscrita. Aliás, ficou por realizar um conjunto de iniciativas dedicadas à Juventude. O Centro de Dia da zona sul, esse, foi definitivamente (mal) abandonado.

4. Estas não são as Contas que gostaríamos de ver aqui. O que vemos é insuficiente para, como dissemos, votarmos favoravelmente.»

- Terminadas estas intervenções, o Exmo. Presidente referiu que os Srs. Vereadores não têm justificação nenhuma em solicitar o fornecimento dos documentos em suporte de papel, dado que lhes é entregue uma “pen” que contém todos os documentos e se necessitarem é só imprimirem o que lhes interessa.

Seguidamente, colocou este documento de prestação de contas à votação, tendo obtido 4 votos a favor dos Vereadores Srs. Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente, e 3 votos contra dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias.

- Face a este resultado, foi a “Prestação de Contas do Exercício Económico de 2009”, aprovada, por maioria, de acordo com a proposta de aplicação de resultados conforme ponto 7 do Relatório de Gestão e rubricadas todas as folhas que compõem a mesma.

- Mais foi deliberado, nos termos da alínea e) n.º 2 art. 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, submeter as contas à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

- Foi ainda deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2010

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 2 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2010, totalizando 257.705,00€ (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e cinco euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.
- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 2 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).
- Votaram a favor os Vereadores Srs. Paula Pereira, João Canaverde, Vice-Presidente João Fanha Vieira e Exmo. Presidente.
- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AGRUPAMENTO ALPHA E JI

AGRUPAMENTO ALPHA E JI – SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO

- E-mail do Agrupamento Alpha, de 13 de Abril corrente, a solicitar que o aluno Ricardo Jorge Leonardo Ferreira seja incluído na lista de alunos a receber subsídio de refeição.

Mais informa que este aluno veio transferido do Agrupamento de Escolas de Campelos – Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Gaspar Campelo, tendo usufruído do escalão A dos auxílios económicos, tendo-lhe já sido cedidos os respectivos manuais e material escolar no valor de 13 Euros.

- A Câmara, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, incluir este aluno no escalão A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – FESTAS DE S. JOÃO E DA CIDADE DO ENTRONCAMENTO 2010 – 11.ª FEIRA DE ARTESANATO

- Da Assistente Técnica Natércia Bento, dos Serviços Culturais, foram presentes as normas de participação referentes aos Stands de Artesanato, inseridos nas Festas de S. João e da Cidade 2010, que a Câmara Municipal vai levar a efeito, de 18 a 24 de Junho próximo.
- A Câmara, após analisar estas normas, deliberou, por unanimidade, aprová-las e rubrica-las.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CAMPOS DE FUTEBOL

VALORES A COBRAR PELA UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE RELVA ARTIFICIAL

- Do Chefe de Divisão de Desporto, Juventude e Tempos Livres – Dr. Vítor Frutuoso, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa aos valores a cobrar pela utilização dos campos de relva artificial:

A SABER:

«No sentido de otimizar e rentabilizar financeira e socialmente os campos de relva artificial de futebol do Município, venho solicitar a aprovação dos respectivos preços de utilização a cobrar, conforme se indicam abaixo.

Informo que estes preços foram calculados tendo como base os seguintes indicadores: custo de exploração dos referidos campos (Pessoal, materiais desportivos, fornecimentos e serviços e outros); número de campos e de horas de

utilização dos mesmos. Relativamente à iluminação, o preço apresentado baseia-se nas médias dos resultados calculados, efectuados pelo Sr. Eng. José Augusto, considerando as várias tarifas existentes em função das horas de utilização e dos níveis de iluminação utilizados.

-Utilização do campo de relva artificial de futebol de 11

Dias úteis - **30,00 €/hora**

Fim-de-semana e feriados - **45,00 €/hora**

Iluminação nível treino – **3,10 €/hora**

Iluminação nível competição – **6,30 €/hora**

-Utilização do campo de relva artificial de futebol de 7

Dias úteis - **20,00 €/hora**

Fim-de-semana e feriados - **30,00 €/hora**

Iluminação nível treino – **1,60 €/hora**

Iluminação nível competição – **3,10 €/hora**

- Campo de relva artificial do Parque Radical

Todos os dias - **5,00 €/hora.»**

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar os preços propostos.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AQUISIÇÕES DIVERSAS

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – CENTRO COMERCIAL EUROSHOPPING – LOJAS 19,25,26, E 27

- Na sequência da deliberação de 15/12/2008, foi presente, da Firma Manuel Barroso Tavares, Lda., com sede na Rua D. Inês de Castro, n.º 19-r/c – Entroncamento, uma comunicação sobre as obras a realizar nas lojas n.º s 19, 25, 26 e 27, sitas no Centro Comercial Euroshopping, desta Cidade, cedidas a este Município no Acordo do Cinema, têm um valor superior àquele que estava inicialmente previsto, nomeadamente no que se refere à execução de uma escada exterior em inox e porta exterior, casas de banho normais e para deficientes, reparações e pinturas, perfazendo o valor total de € 32.000,00.

Nesta altura, o Exmo. Presidente informou que teve uma reunião com o Sr. Tavares, na qual foi entendido que seria necessário realizar mais obras que não estavam inicialmente consideradas, tendo o Sr. Tavares informado que o custo global das mesmas seria de € 32.000,00.

Informou, também, que o Sr. Tavares empresta, nesta fase, ao município, o equipamento livre de qualquer encargo, ficando para mais tarde uma decisão sobre o assunto.

- A Câmara, após o Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais – Arquitecto Silvino, informar que “concorda com o valor apresentado para a execução das obras mencionadas”, deliberou, por maioria, aprovar o valor apresentado.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente;

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

PROJECTO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE FOGOS DE RENDA SOCIAL

- Na sequência da deliberação de 15 de Março findo, foi presente, de novo, o “Projecto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social”, após efectuadas as respectivas alterações.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar a este regulamento e submetê-lo a inquérito público, de acordo com o art.º 118.º do C.P.A, e, posteriormente à aprovação da Assembleia Municipal.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

- Na sequência da deliberação de 15 de Março findo, foi presente, de novo, a informação acompanhada da Lista de Classificação para Atribuição de Habitação Social.
- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar a lista apresentada.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROTOCOLOS

PROTOCOLO ENTRE MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E CLÍNICA DO OUVIDO – HELENA M. INOCÊNCIO, UNIPESSOAL, LDA

- Presente o protocolo a realizar entre o Município do Entroncamento e a Clínica Helena M. Inocêncio, Unipessoal, Lda., no âmbito dos benefícios atribuídos pelo Cartão Municipal do Idoso.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o presente protocolo.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONTRATAÇÃO DE SETE ASSISTENTES OPERACIONAIS NO REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO - JARDINEIRO

- Da Técnica Superior – Noémia Varela, dos Serviços de Recursos Humanos, foi presente a seguinte informação:

«O procedimento concursal aberto por aviso publicado no Diário da República n.º 135, 2.ª série, de 15/7/2009 encontra-se finalizado com a publicitação do aviso n.º 5358/2010, publicado no DR n.º 51, 2.ª série, de 15/03/2010, referente à celebração dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os sete primeiros candidatos classificados.

Nos termos do art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, sempre que em resultado de um procedimento concursal comum a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos superior ao ou aos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna.

Esta reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo de 18 meses contados da homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho.

No mapa de pessoal para 2010 foram previstos 13 lugares de assistente operacional na Divisão de Espaços Verdes e Ambiente para manutenção dos espaços verdes, pelo que ainda se verificam 6 lugares vagos.

A lista de ordenação final do procedimento concursal, antes referido, foi homologada por despacho proferido em 18/01/2010 e foram classificados candidatos em número superior aos dos postos de trabalho para o qual foi aberto o procedimento concursal.

Assim verificando-se a necessidade da ocupação dos referidos postos de trabalho (6 lugares), conforme a manifestação prestada pelo Chefe de Divisão da DEVA e pelo Exmo. Presidente, podem os mesmos ser preenchidos por contratos de trabalho por tempo indeterminado tendo em atenção a lista de ordenação final homologada por despacho proferido em 18/01/2010.

Para o efeito e em cumprimento do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro a decisão será da competência do órgão executivo, pelo que terá de ser presente em reunião de Câmara.»

- A Câmara, de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, preencher, por tempo indeterminado, os seis lugares vagos no mapa de pessoal, constantes na lista unitária de ordenação final.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA ELIAS GARCIA

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve relativa à recolocação de sinalização vertical na Rua Elias Garcia:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a recolocação de sinalização referente a um parque de estacionamento destinado a cargas e descargas, com a sinalização vertical do tipo H1a (estacionamento autorizado) e modelo 10b (indicador de aplicação - cargas e descargas), dotando-a também de sinalização horizontal do tipo M14a (paragem e estacionamento a cargas e descargas), na Rua Elias Garcia. Com a recolocação criar-se-á um lugar de estacionamento, com limitação horária, com a sinalização vertical do tipo H1a (estacionamento autorizado), modelo 8 (indicador duração - até 15 mm) e modelo 3a (indicador de início ou fim do local regulamentado). Será colocado também uma placa adicional num sinal horizontal existente, sendo este o modelo 3a (indicador de início ou fim do local regulamentado).

Assim, será necessário proceder à colocação de sinalização vertical no local na planta anexada a indicar os layouts finais da sinalização para o local.

Modelo	H1a	Mod. 10b	H1a	Mod. 3a	Mod. 8
Quantidade	1 Unidade (a recolocar)	1 Unidade (a recolocar)	1 Unidade (a adquirir)	2 Unidades (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a sinalização proposta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MOTORA – PAULO JORGE DA COSTA RODRIGUES

- Na sequência da deliberação de 21 de Dezembro de 2009, foi presente, de novo, o processo em nome de Paulo Jorge da Costa Rodrigues, referente a um pedido de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada na Rua D. Afonso Henriques, N.º 7, agora para a sua nova residência sita na Rua Tenente Coronel Alfredo Pereira da Conceição, nº 23-B – Entroncamento, conforme o documento que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar um lugar de estacionamento para ser utilizado por qualquer veículo portador de dístico de deficiente, na Rua Tenente Coronel Alfredo Pereira da Conceição.
- Mais deliberou, revogar, na parte respectiva, a deliberação de 21/12/2009.
- Deliberou ainda, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEÁRIOS – ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL – 2.ª FASE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO – ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE

– AUTO DE VISTORIA DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, SITUAÇÃO N.º 2 DO CONTRATO INICIAL

– AUTO DE VISTORIA DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, SITUAÇÃO N.º 4 DO CONTRATO INICIAL

- No seguimento das deliberações de 20 de Abril de 2009, acerca dos autos em epígrafe, foi presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Administração Urbanística - Dr.ª Márcia Fanha:

A SABER:

«Ao consultar os Processos de Empreitadas mencionados em título foi detectado o seguinte:

- O AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, SITUAÇÃO N.º 4 DO CONTRATO INICIAL respeitante à Empreitada de: “REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO - ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE”, no valor de €26 959,43 + IVA (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e três cêntimos) acompanhou a informação registada sob o SGD n.º 5741/09 de 14/04/2009 cuja epígrafe é “Envolvente aos Campos Sintéticos e Balneários (Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal - 2.ª Fase)”;

- O AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, SITUAÇÃO N.º 2 DO CONTRATO INICIAL respeitante à Empreitada de: “ ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEARIOS (ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE A PISCINA MUNICIPAL - 2.ª FASE)”, no valor de €45 951,26 + IVA (quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e um euros e vinte e seis cêntimos) acompanhou a informação registada sob o SGD n.º 5744/09 de 14/04/2009 cuja epígrafe é “Requalificação do Parque do Bonito - Envolvente ao Campo Relvado e Bancada Poente” (Anexo 6).

Verifica-se que existiu uma troca de documentos, ou seja:

- À informação registada sob o n.º 5741/09 respeitante à “ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEARIOS (ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE A PISCINA MUNICIPAL - 2.ª FASE) “, deveria ter sido anexado o AUTO N.º 2, no valor de €45 951,26 + IVA (quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e um euros e vinte e seis cêntimos); e

- À informação registada sob o n.º 5744/09 respeitante à “REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO - ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE”

deveria ter sido anexado o AUTO N.º 4, no valor de €26 959,43 + IVA (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e três cêntimos).

Consequentemente as deliberações tomadas em reunião de 20 DE ABRIL DE 2009 acabaram por sair de forma Incorrecta, pelo que se torna necessária NOVA DELIBERAÇÃO corrigindo as anteriormente tomadas.

ANEXA-SE NOVAMENTE:

- Auto de Medição de Trabalhos N.º 4 - Empreitada de: “Requalificação do Parque do Bonito - Envolvente ao Campo Relvado e Bancada Poente” no valor de €26 959,43 + IVA a acompanhar a informação registada em SGD n.º 5744/09 (Anexo 8);

- Auto de Medição de Trabalhos N.º 2 - Empreitada de: ‘Envolvente aos Campos Sintéticos e Balneários (Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal - 2.ª Fase)’ no valor de €45 951,26 + IVA a acompanhar a informação registada em SGD n.º 5741 /09 (Anexo 9).

- A Câmara, tomando conhecimento e de acordo com esta informação deliberou, por unanimidade, corrigir, na parte respectiva, as deliberações de 20 de Abril de 2009.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 3

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 3 do Contrato Inicial, no valor de 35.193,35€ (Trinta e cinco mil cento e noventa e três euros e trinta e cinco cêntimos), elaborado em 31 de Março de 2010, referente à empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”, adjudicada à Firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PARQUE DO BONITO – PARQUE RADICAL – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 9

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 9 do Contrato Inicial, no valor de 16.216,58 € (Dezasseis mil duzentos e dezasseis euros e cinquenta e oito cêntimos), elaborado em 31 de Março de 2010, referente à empreitada do “Parque do Bonito – Parque Radical”, adjudicada à Firma EcoEdifica – Ambiente e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – BAIRRO DA COFERPOR (NASCENTE) – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços, no valor negativo de 1.857,35 € (mil oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos – valor negativo), elaborado em 10 de Março de 2010, referente à empreitada de “Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Bairro da Coferpor (Nascente)”, adjudicada à Firma António Rodrigues Capela & Filhos, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – BAIRRO DA COFERPOR (POENTE) – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços, respeitante a trabalhos de natureza prevista e imprevista, resultante da revisão de preços definitiva, no valor de -4.018,93 € (Quatro mil, dezoito euros e noventa e três cêntimos – valor negativo), elaborado em 11 de Março de 2010, referente à empreitada da “Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Bairro da Coferpor (Poente)”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – BAIRRO DA COFERPOR (POENTE) – MAPA RESUMO DA CONTA FINAL

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Mapa Resumo da Conta Final da empreitada da “Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Bairro da Coferpor (Poente)”, no valor de 240.467,68€ (Duzentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA – REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – BAIRRO DA COFERPOR (NASCENTE) – AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA TOTAL

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Recepção Provisória Total da Obra, elaborado em 18 de Fevereiro de 2010, referente à empreitada da “Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Reabilitação de Arruamentos, Largos e Praças – Bairro da Coferpor (Nascente)”, adjudicada à Firma António Rodrigues Capela & Filhos, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO – ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE – AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL N.º 2

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Provisória Parcial n.º 2, elaborado em 31 de Março de 2010, referente à empreitada da “Requalificação do Parque do Bonito – Envolvente ao Campo Relvado e Bancada Poente”, adjudicada à Firma EcoEdifica – Ambiente e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 44/09 – VITOSILDA – CONSTRUÇÕES, LDA – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO – PROJECTO DE ARQUITECTURA

- Presente o processo de obras número 44/09, em nome de Vitosilda – Construções, Lda., referente à construção de um edifício de habitação, na Rua do Chafariz, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, aprovar o projecto de acordo com o parecer do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitido em 08/04/2010.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente;

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias.

- O Vereador Sr. Alexandre Zagalo, fez a seguinte declaração de voto:

«Votamos favoravelmente porque este, é um caso paradigmático, de impossibilidade física de cedência de áreas.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 128/03 – JOSÉ MARQUES DE OLIVEIRA – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO HABITACIONAL – ALTERAÇÕES

- Presente o processo de obras número 128/03, em nome de José Marques de Oliveira, referente à construção de um edifício habitacional - alterações, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com o parecer do Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitido em 12/04/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 73/08 – JOSÉ PEREIRA DA SILVA AZEVEDO – ALTERAÇÃO DE GARAGEM

- Presente o processo de obras número 73/08, em nome de José Pereira da Silva Azevedo, referente à alteração de uma garagem, na Rua da Igreja/Rua da Fé, número 26, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Director de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquitecto Silvino, emitiu este, o seguinte parecer:

«O projecto apresentado, refere-se à anulação de uma garagem, dando origem a arrumos directamente ligados ao estabelecimento comercial, sito no local acima identificado.

Este projecto, vem na sequência de um processo de obras de 1996, tendo a obra sido executada indevidamente com acesso directo à cave, facto este que, só foi detectado à posteriori e que deu origem a um processo judicial, entre o Construtor e o Proprietário.

Pretende-se assim, legalizar a ligação do estabelecimento comercial à cave, deixando de funcionar como garagem e passando a ser de arrumos.

Dado que, deverá ser anulada uma garagem e não havendo da parte do Condomínio qualquer obstáculo, consideram estes Serviços que não haverá qualquer inconveniente nesta alteração. Mais informo V. Ex.ª que, a anulação desta garagem, deverá ser taxada de acordo com o estipulado no RMUE — Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, aprovar o projecto de acordo com este parecer.

Votaram a favor os Vereadores Srs. Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente;

Abstiveram-se os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias.

O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte declaração de voto, que também foi subscrita pelos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Henrique Cunha:

«Abstive-me porque, dada a antiguidade do processo, passou o tempo para uma resolução correcta do assunto.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/1987 (LOTE 1A) – JOÃO AUGUSTO GONÇALVES CORREIA

- Petição em nome de João Augusto Gonçalves Correia, na qualidade de proprietário do lote 1A, do alvará de loteamento n.º 2/1987, sito na Rua Florbela Espanca, nesta Cidade, a solicitar a aprovação das alterações que pretende introduzir no referido lote, conforme o projecto que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arq.º Silvino, emitiu, este, o seguinte parecer:

«O projecto apresentado refere-se à alteração do Alvará de Loteamento n.º 02/1987, no que diz respeito ao aumento da área de construção do anexo.

Esta área é subtraída à área destinada à moradia, não havendo um aumento efectivo da área total de construção para o lote em questão.

O parecer destes Serviços é favorável, com o condicionamento previsto n.º 3 do art.º 27.º do D. L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/07, de 04 de Setembro.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 01/2003 (LOTE 50) – MANUEL JOSÉ DIOGO

- Petição em nome de Manuel José Diogo, na qualidade de proprietário do lote 50, do alvará de loteamento n.º 01/03, sito na Rua Pedro Nunes, nesta Cidade, a solicitar a aprovação das alterações que pretende introduzir no referido lote, conforme o projecto que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arq.º Silvino, emitiu, este, o seguinte parecer:

«O projecto apresentado refere-se à alteração do Alvará de Loteamento n.º 01/2003, no que diz respeito à implantação da moradia, não havendo aumento da área de construção.

O afastamento mínimo à extrema do lote do lado do arruamento é de 3,00m, mantendo-se assim o alinhamento dos lotes contíguos.

O parecer destes Serviços é favorável, com o condicionamento previsto n.º 3 do art.º 27.º do D. L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/07, de 04 de Setembro.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.